

# O periódico *Medicina Militar* (1910 - 1923)

## Charles Klajman

Tenente-coronel dentista do Exército Brasileiro; mestre em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz; especialista em História Militar pela Unirio/IGHMB; sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar (IGHMB).

### RESUMO

Esse artigo analisa o periódico *Medicina Militar*, publicado entre abril de 1910 e junho de 1923 no Rio de Janeiro, por um grupo de oficiais do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, que tinham como objetivo transmitir conhecimento científico ao pessoal de saúde militar distribuído por todo o Brasil e se valorizar diante da sociedade médica civil e dos militares de outros quadros e serviços. Procuramos demonstrar de que forma se propuseram a atingir seus objetivos e a relevância dos temas abordados, para que seus anseios e projetos se inserissem numa política estratégica nacional. A revista é estudada de forma a possibilitar uma apreciação sintética geral de seus aspectos principais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Militares, Serviço de Saúde do Exército, Periódicos

### ABSTRACT

This article analyzes the journal *Medicina Militar*, published between April 1910 and June 1923 in Rio de Janeiro, by a group of Health Service officers of the Brazilian Army. They aimed to transmit scientific knowledge to military health staff distributed throughout Brazil, and to appreciate in the face of civil and military medical society frameworks and services. We seek to demonstrate how willing they were to achieve their goals and the relevance of the topics covered, so that their aspirations and projects were taken by a national strategic policy. The magazine is studied in order to allow a synthetic assessment of their main aspects.

**KEYWORDS:** Military, Army Health Service, Periodicals

### INTRODUÇÃO

O periódico *Medicina Militar*, fundado em abril de 1910 pelo então Coronel Médico do Exército Brasileiro, Ismael da Rocha,<sup>1</sup> secundado por um grupo de oficiais do Serviço de Saúde do Exército, tinha como objetivos principais a divulgação científica de temas relacionados à área de saúde e dar voz ao pessoal do Corpo de Saúde daquela instituição. Esses militares, numa mistura de ode a um nacionalismo científico e defesa de uma suposta produção obscurecida pela falta de divulgação, propunham:

[...] seguir o exemplo dos países mais adiantados [...] É preciso que aqui se mostre também um reflexo de nacionalidade. Scintilações de ciência vão aparecendo neste nosso horizonte do campo militar; elaboram-se e preparam-se materiais, acumulação de longo trabalho e pensar: há muita força latente. Enquanto a admiração repete os nomes mais famosos da época, sepultados na obscuridade de aridas e assíduas fadi-

gas, mineiros da civilização nacional, os médicos das corporações armadas ainda não lograram do público toda a justiça que lhes é devida.<sup>2</sup>

Ele não foi pioneiro entre as publicações médicas no Brasil, tampouco entre as militares, entretanto, no seu universo, foi importante ao longo de sua existência. Redigido por profissionais de saúde, não só médicos, mas também farmacêuticos, dentistas e veterinários, supria a carência na absorção de atualização na área de saúde diante do caráter nacional do Exército, numa época de difícil acesso a regiões distantes da Capital Federal, e que não tinham como consultar os grandes centros médicos e de pesquisa, praticamente limitados ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Esses articulistas, médicos, farmacêuticos, dentistas, veterinários e cientistas majoritariamente do Corpo de Saúde do Exército, permanecem na obscuridade apesar dos inúmeros trabalhos com temática mais geral realizados. Suas pesquisas e contribuições raramente são referenciadas. Eles pertenciam não só às Forças Armadas, mas também a instituições brasileiras de pesquisa e ensino.

Os temas estudados nesse periódico são uma mescla da preocupação médica civil da época com temas estritamente militares e por esse fato formam um conjunto original. Eles permitem entender a revista como um instrumento de valorização do pessoal do Corpo de Saúde do Exército em duas frentes: perante a sociedade médica civil e como tentativa de incrementar o *status* diante dos outros quadros de suas Forças.

Podemos vislumbrar essa publicação como a principal ferramenta, ou talvez nesse caso mais propriamente como uma arma de legitimação social da atividade de saúde militar, objetivo que se procurava atingir através da difusão do conhecimento para profissionais de saúde distribuídos por todo o território nacional.

Ainda sobre a motivação para a criação da *Medicina Militar*, justifica-se a percepção de necessidade de legitimação junto ao meio acadêmico civil quando Prado ressalta que:

A *Medicina Militar* vem em momento oportuno no nosso Corpo de Saúde do Exército, que reclamava de há muito um órgão científico de publicidade, semelhante aos que ostentam vida própria e prospera no meio profissional civil.<sup>3</sup>

Outro aspecto lembrado por Prado se refere a unidade dos integrantes do Corpo de Saúde que o periódico poderia proporcionar, diante de um dos principais fatores que dificultavam esse entendimento, o fato de estarem designados para diversos pontos do país:

Outra missão não menos importante e primacial desta revista é circular de modo mais eficaz e duradouro a união e fraternidade de nossa corporação, facilitando o conhecimento recíproco de seus dignos membros esparsos por todo o país, entretendo ou criando entre eles laços de sentimentos affectivos tão necessários à perfeita e sincera uniao, que será a base solida e firme da força collectiva que mais nos elevera no espaço e no conceito geral.<sup>4</sup>

O objetivo do periódico, segundo Silva,<sup>5</sup> era "transmitir os conhecimentos dos médicos militares". Entendo que esse objetivo ia mais além do que ser um mero canal de disseminação de conhecimento produzido. Tinha certamente uma função social na questão do prestígio e reconhecimento dos autores, serviria como memória científica da produção médica militar e como forma de conseguir o aval da comunidade científica civil ao trabalho realizado pelo Corpo de Saúde do Exército.

Os articulistas de *Medicina Militar* pertenciam majoritariamente ao Corpo de Saúde do Exército Brasileiro, entretanto, houve diversos artigos assinados por oficiais da Marinha, civis e oficiais franceses da Missão Militar de Veterinária, além de transcrições de textos de médicos estrangeiros, publicados em outros periódicos, nacionais ou internacionais. Não eram em grande parte pesquisadores por excelência, mas ao divulgar seus trabalhos contribuíram para a

disseminação do conhecimento científico. Procuravam afirmar o papel de sua ciência na sociedade brasileira da época.

Neste artigo, procuramos convergir duas linhas de pesquisa: História das Ciências Biomédicas e História Militar, analisando e acompanhando a trajetória de um periódico militar e suas especificidades, trabalhando numa vertente em que os periódicos são observados como objeto apesar de serem também fonte.

### **A MEDICINA MILITAR EM SEU CONTEXTO**

A criação da revista veio no esteio de uma série de modificações iniciadas em 1904 que reorganizavam o Exército, com a inserção do Serviço de Saúde nesse processo. Uma das motivações para as mudanças no Corpo de Saúde, particularmente no Hospital Central do Exército, foi gerada pelos acontecimentos decorrentes dos levantes das Escolas Militares em novembro de 1904, quando o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, ferido por arma de fogo, teve que ser transportado para o Hospital Central do Exército (HCE). As críticas da imprensa ao transporte e tratamento do general foram tantas que repercutiram em resoluções, tais como a sugestão de transporte de enfermos para o HCE em bondes apropriados para evitar o uso dos carros-ambulância que trepidavam demais, além da compra de numerosos aparelhos para reequipar o hospital.<sup>6</sup> Essa má repercussão na imprensa do atendimento ao general no HCE fez com que o Ministério da Guerra provesse recursos para a compra, já em 1905, de novos gabinetes de eletroterapia, eletrodiagnóstico e hidroterapia. Foi instalado o Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia e enviado à Europa um dos mentores da *Medicina Militar*, o então Tenente-Coronel Ismael da Rocha, que em três meses percorreu hospitais em diversas capitais europeias, “verificando os progressos introduzidos em cada um delles e adquirindo o material necessário para completar-se o nosso serviço de cirurgia hospitalar”.<sup>7</sup>

Uma nova regulamentação foi elaborada, e a pretensão era que a partir dela fosse possível profissionalizar o preparo dos quadros e incrementar a preparação da tro-

pa para a finalidade a que se destinava: a guerra.<sup>8</sup> Havia o entendimento por parte dos chefes militares, de que as revoltas das Escolas ocorreram pela politização do ambiente e pela formação eminentemente teórica e técnica, principalmente na matemática aplicada à engenharia levando a aplicação negativa do termo “bacharéis fardados” aos alunos que lá se formavam. Nesse sentido, “em 4 de janeiro de 1908 foi sancionada a lei nº 1.860, que reorganizou o Exército, e a 4 de junho do mesmo ano, pelo Decreto 6.972, teve aprovação o regulamento da referida lei no que dizia respeito ao Corpo de Saúde”. Nessa ocasião foram criados os quadros de veterinários e dentistas. Em 1909, após a saída do Marechal Hermes da Fonseca do Ministério da Guerra, novas modificações foram implementadas, reformando novamente o Corpo de Saúde.<sup>9</sup>

Exatamente no ano de fundação da *Medicina Militar*, a 6 de janeiro de 1910, é transformado em lei o projeto,<sup>10</sup> com várias modificações na estrutura do Serviço de Saúde do Exército. Entre elas a criação de uma Estação de Assistência e Profilaxia. Outras inovações ocorreram, como a determinação de inaugurar em cada hospital um curso para enfermeiros e padioleiros. Autorizou-se a criação da Escola de Veterinária e aprovou-se a necessidade de concurso para admissão ao primeiro posto, além de um “curso de aplicação especial para os doutores em Medicina que se propunham ao serviço médico militar”.<sup>11</sup>

Segundo os articulistas, os organizadores das mudanças objetivavam que os oficiais da linha bélica recebessem instruções práticas e noções científicas acerca dos cuidados de higiene para a tropa, bem como das doenças. Argumentavam com as fortes reações geradas às campanhas de vacinação obrigatória e com o conceito de que a profilaxia compulsada seria uma medida repressora, pois não haveria o entendimento tácito de sua imprescindibilidade, podendo levar até mesmo a revoltas, tendo em mente os fatos ocorridos em novembro de 1904 no Rio de Janeiro, durante o episódio que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”.<sup>12</sup>

Carvalho<sup>13</sup> relaciona os benefícios dessa nova lei para o desenvolvimento profissional:

[...] a nova organização deu-lhe, contudo, vasto campo para investigações scientificas, trabalhos technicos especiaes, preparo profissional especializado as exigencias do meio militar, melhor e mais bem orientada direcção para o exercicio das diversas profissões dos Officiaes do Corpo.<sup>14</sup>

O direcionamento da carreira dos oficiais médicos também é objeto desse artigo de Carvalho,<sup>15</sup> mostrando que a *Medicina Militar* serviria de integradora da profissão médica militar, numa corporação com profissionais distribuídos por todo Brasil e numa época de difícil acesso a regiões distantes da Capital Federal. A previsão do articulista era de que prevaleceria o exercício da patologia e da clínica médica nas enfermidades mais comuns ao Exército, os cuidados com o estado psicológico e físico dos militares e a ênfase num tema que seria recorrente no periódico: a Higiene Militar.

O jovem médico que se propuzer ao Serviço do Exercito, ao transpor o limiar da Escola de Applicação, terá de abandonar as illusões trazidas da vida academica, pois que o medico militar será d'ora em deante, mais hygienista do que clinico.<sup>16</sup>

Muito já se escreveu sobre a importância de analisar a história das instituições científicas sem pensar seu passado a partir do seu desenvolvimento presente. Diversos autores, com destaque para Latour,<sup>17</sup> abriram caminho para que pudéssemos associar atores ou instituições hoje desconhecidos com a marcha do progresso científico. Ben-chimol<sup>18</sup> também segue os passos de Latour e aconselha que:

[...] devemos examinar essas criações com os olhos de seus criadores, como apostas incertas que podiam dar certo. É essencial abstrair o veredicto proferido mais tarde para acompanhar seu devir e aquilatar a distância que percorreram as implicações que tiveram para o curso de ação e as idéias de outros atores, em outros domí-

nios da vida social, assim como a natureza e a abrangência das controvérsias que causaram durante o seu tempo de vigência. Quando mergulhamos nas fontes [...] com o espírito assim desarmado, aflo-ram e avultam em nosso campo visual personagens e eventos que tiveram ressonância considerável em seu tempo, não obstante figurem nas fontes secundárias de passagem, em um parágrafo ou em uma simples nota de rodapé. Seguindo-se as trajetórias destas estrelas anãs, estrelas fugazes ou astros já apagados no atual firmamento das idéias e instituições científicas, verificamos que sua existência foi essencial para a gênese das que ainda brilham [...].<sup>19</sup>

## **RAIOS X DO PERIÓDICO *MEDICINA MILITAR***

Publicado entre abril de 1910 e junho de 1923, o periódico *Medicina Militar* não foi a primeira publicação científica de saúde criada e conduzida por militares dessa área no Brasil, entretanto, foi a mais antiga publicada com regularidade. A partir do segundo número de julho de 1910 ela passou a ser lançada mensalmente sem interrupções.

Criada por iniciativa e custeio pessoal do então Major Médico Bueno do Prado, apoiado pelo prestígio de Ismael da Rocha e sem financiamento oficial, o periódico foi mantido ao longo dos anos através da obstinação de Bueno do Prado e da arrecadação obtida com seus anúncios, assinantes e colaboradores. Cientificamente se manteve com o auxílio de um grupo de Oficiais de Saúde do Exército, da Marinha e de médicos civis, liderados intelectualmente por Ismael da Rocha.<sup>20</sup>

Artigos publicados na íntegra no idioma francês e outros estrangeirismos não eram incomuns. Mas a influência francesa, apesar de hegemônica, não era única. A partir de meados da década de 1910, começaram a ser utilizadas expressões em inglês, principalmente nos editoriais, como por exemplo: “[...] Mas sem tibieza de ânimo, e fortalecido pela ideia do cumprimento do dever – *do your duty, come what may*<sup>21</sup>; sem medir esforços,

nem fugir aos perigos [...]”<sup>22</sup>, ou por ocasião da nomeação do Redator efetivo da *Medicina Militar*, Petrarcha de Mesquita ao cargo de diretor do Laboratório Militar de Bacteriologia: “*The right man in the right place*”<sup>23</sup>.

*Medicina Militar* buscava apresentar um retrato bastante preciso do que era o Brasil médico da época. O caráter nacional do Exército, a presença de articulistas em diversas regiões do Brasil e a própria experiência de Ismael da Rocha e Bueno do Prado em viagens de inspeção ou por terem servido em cidades e regiões diversas, facilitava a formação de uma imagem do Brasil. Em um artigo<sup>24</sup> publicado quatro anos antes do “famoso discurso proferido por Miguel Pereira em outubro de 1916, no qual se referiu à zona rural do país como um imenso hospital”,<sup>25</sup> o então Capitão Médico do Exército, Arthur Lobo da Silva, que servia em Recife, traçava um panorama assustador das condições de saúde da população local, com ênfase no pessoal alistado.

A temática do periódico era vasta, tratando de assuntos de saúde com enfoque militar e civil, não se furtando muitas vezes a servir como plataforma de promoção pessoal de seus articulistas. Os artigos com temática militar enfatizavam as conquistas do Serviço de Saúde do Exército, tanto físicas, como melhorias de instalações e compras de equipamentos como também as conquistas científicas. A ênfase era no Hospital Central do Exército, na Policlínica Militar, no Laboratório Militar de Bacteriologia, atual IBEx e no Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. Além disso, tratava de temas ligados à medicina em campanha, sempre buscando estudos realizados em exércitos estrangeiros, como o japonês, do qual havia muito material em virtude da Guerra Russo-Japonesa de 1904 e 1905, e posteriormente dos exércitos envolvidos na primeira grande guerra, especialmente o francês. Temas ligados à alimentação das tropas estacionadas ou em marcha, higiene em campanha eram frequentes.

Os artigos referentes à medicina de uma forma geral, sem enfoque militar, abordavam os tópicos em voga num determinado momento, como aplicações dos raios x, técnicas ortopédicas cirúrgicas, tubercu-

lose, profilaxia de doenças venéreas, casos ambulatoriais diversos. Artigos relacionados à farmácia, odontologia e veterinária também eram publicados, mas com menor assiduidade.

Era bastante recorrente a utilização nas matérias de uma longa introdução em linguagem rebuscada, eivada de retórica, própria da época, que parecia conferir aos seus autores maior *status*. Poucos eram os articulistas que se limitavam a discorrer sobre um caso clínico ou uma técnica cirúrgica utilizada sem realizar um longo preâmbulo. Segue abaixo um trecho de um artigo de Umberto Auletta, médico adjunto, responsável pela Clínica de Homeopatia do HCE em 1910, que exemplifica esse fato. Para ele, a tuberculose era um:

Mal indomável e feroz, multiplicando-se por subdivisões intermináveis, revivendo, aqui, o que se pretendêra amortilhado lá; rasgando caminhos muitos á nocividade terrífica de sua incontida sede de morte; mascarando-se dramaticamente sob formas as mais dolosamente falsas para vencer orgulhosa pela inércia quando impiedosa se não pode ostentar no face a face do seu formidável armamento; ele traz a Sciencia e os sábios eternamente atados a hercúlea mó de sua entidade, precisados que se denotam de o sorprehender, ou no inicio de sua mersse ou no âmago de sua ceifa!<sup>26</sup>

A revista publicava eventualmente, para ilustrar um artigo, fotografias de Organizações Militares de Saúde e algumas vezes do Serviço de Saúde em manobras militares em algum ponto do país.

## **A VALORIZAÇÃO DO PESSOAL**

A busca do reconhecimento pela classe médica civil foi a maior luta do periódico. Era incessante, e para tanto os editores sempre procuraram se alinhar ao que de mais atual existisse no campo científico para que essa estratégia permitisse prover uma longa vida ao periódico. Era clara a valorização do pessoal buscada por Ismael.<sup>27</sup> Ao longo de

sua publicação, com o respaldo que tinha no campo militar e civil, lamentava a obscuridade na qual os médicos militares se encontravam e clamava por reconhecimento similar aos “mais famosos”. Afirmava, ainda, que muitos militares, produtores de ciência, não deixaram legado, pois não divulgaram seus achados, e os que o fizeram foram poucos. Concluía lembrando que não estariam sós os que tomassem como missão a divulgação científica através da revista e conclamava-os para a tarefa.

A comparação com a atividade exercida pelos oficiais combatentes era outra estratégia de reconhecimento e valorização utilizada no periódico. O Corpo de Saúde precisava encontrar o seu espaço:

Si aos officiaes combatentes cabe o dever de instruir o soldado no conhecimento e manejo de suas diferentes armas, nos princípios de disciplina, nos exercicios de marcha, manobras, etc., preparando-o para os fins da guerra, como elemento de combate, ao medico toca o importante papel de tornal-o apto para todos esses mysteres, velando pela conservação de sua saude, com a pratica de todos os preceitos da mais rigorosa hygiene, e promovendo, pela educação physica e militar, a sua robustez, ou antes resistencia organica, necessária ao serviço das armas.<sup>28</sup>

Guimarães<sup>29</sup> corrobora esse sentimento quando escreve que:

Existe mesmo entre muitos a preocupação de se suporem tendo maior valor do que os outros. Exactamente estes fascinados pela persuasão dessa superioridade imaginaria são os que menos trabalham ou produzem. No entanto, nada justifica essa presunção. Médicos e officiaes, combatentes e não combatentes têm as suas attribuições perfeitamente limitadas; dentro da esphera dessas attribuições o valor de cada um é naturalmente equivalente.

A supremacia das questões relativas à higiene e saúde deveria permanecer sob o domínio do Pessoal de Saúde, e para tanto era necessário o apoio daqueles oficiais combatentes, entre os quais os comandantes de organizações militares tinham uma grande importância. De tal forma, muitas vezes a visita de um médico com mais experiência, de uma Organização Militar de Saúde, a um quartel, serviria de estímulo ao colega que lá estivesse trabalhando, muitas vezes de forma isolada e distante do ambiente médico que lhe propiciaria evoluir na carreira. Não era só isso, diante das observações de um “doutor de fora”, o comandante de uma OM passaria a dar maior autonomia ao “doutor do batalhão”.

A tentativa de elevação do *status* do Corpo de Saúde passava por vários caminhos. Entre eles a formação do ideal de comunhão da saúde com a linha bélica. Transformar a imagem de paisanos fardados de branco. Para tanto, uma das estratégias desse oficialato de saúde era trazer para o seu universo a filosofia de guardiões da Pátria. Com claro uso político, faziam eco ao discurso proferido pelos companheiros da linha bélica. E muito habilmente inseriam seus objetivos do campo da saúde a essa filosofia. Isso ficava evidente no editorial de julho de 1910, do redator-chefe de *Medicina Militar*, o Major Médico Bueno do Prado:

A toda a classe armada enfim, a *Medicina Militar* se propõe a prestar não pequena somma de serviços e benefícios, quer divulgando conhecimentos scientificos de prophylaxia e hygiene militar, quer publicando conselhos úteis e prudentes para a conservação da saude e robustez physica indispensaveis á carreira das armas, principalmente para aquelles que encarnam essa profissão no sentido de sua maior eficiencia individual no serviço da Pátria, defeza do lar e do solo sagrado.<sup>30</sup>

Na mesma linha destaco um trecho do artigo do Capitão Médico Carlos Eugênio Guimarães, que procurava valorizar a profissão do médico militar junto aos oficiais da linha bélica:

Compartilhando sempre da mesma sorte dos combatentes, com os quaes passa pelos mesmos sacrifícios e supporta as mesmas privações da vida militar, é justo que o médico militar também compartilhe das glórias do Exército e dos louros da victoria, porque para ellas tambem cooperou.<sup>31</sup>

Não era só aos oficiais combatentes que se dirigiam os articulistas. Sempre que a oportunidade surgia, a *Medicina Militar*, no claro intuito de valorização ante seus pares civis, além do cunho informativo científico, publicava a participação de seu pessoal em congressos ou eventos da área médica.

A valorização das Organizações Militares de Saúde era recorrente no periódico. Adjetivos não faltavam para bem qualificar o HCE. Isso fazia parte da estratégia de legitimação, tanto junto ao meio civil, como para mostrar ao pessoal da linha bélica que a Saúde também fazia a sua parte.

Acha-se perfeitamente installado, em luxuosos pavilhões, isolados, sendo considerado um dos primeiros hospitaes do Brazil, quiçá d'América do Sul. O Pavilhão de Operações é o principal do Rio de Janeiro.<sup>32</sup>

O HCE não detinha o monopólio dos elogios. Eles se distribuía às outras Organizações Militares de Saúde. O Sanatório Militar situado em Lavrinhas “é de solida e elegante construcção e esta optimamente aparelhado para os fins a que se destina”. O Laboratório Militar de Bacteriologia está “magnificamente installado e no gênero é um dos principaes da América” e o Laboratório Químico Farmacêutico “possue excellentes gabinetes de chimica analytica”.<sup>33</sup>

Ao longo da publicação, foram recorrentes alusões ao fato de que os “médicos militares nunca são lembrados, não se aproveitam, não apparecem, não existem. Se há duvida quanto á sua competência, não se tratam de esclarecer, e se há certeza de insufficiencia, não é remediada”.<sup>34</sup>

Nos últimos anos de publicação da revista, após a guerra de 1914, alguns autores,

com maior pragmatismo, vislumbraram uma série de circunstâncias que permitiriam uma evolução positiva para o Corpo de Saúde do Exército. Ainda sob o efeito da guerra, preocupavam-se com o preparo dos médicos civis em caso de mobilização. Entendiam que, da mesma forma que se apregoava para o cidadão comum o preparo militar básico, todo médico civil teria que estar preparado com conceitos básicos de atuação como médico militar.

Muitas de suas conclusões que foram tomadas com base naquele conflito visavam à melhoria das condições de preparo dos médicos, principalmente no que concernia à especialização. Entendiam que a organização dos quadros da ativa deveria se pautar pela qualificação como especialista, com delimitação nítida das funções, pois essa era a lição aprendida nos exércitos modernos.

Tinham eles a percepção de que o princípio da capacidade técnica estava sendo vencido pela hierarquia militar, e entendiam esse fato como um óbice difícil de ser superado. Poucos médicos militares poderiam ser considerados como notórias competências.

O médico de tropa era outra preocupação. Era preciso definir que tipo de medicina se esperava que este realizasse. A expectativa era que o atendimento fosse voltado a profilaxia, higiene e a melhora na competência administrativa. O objetivo era que os especialistas dos hospitais e laboratórios militares jamais exercessem atividade estranha à especialidade que tivessem se qualificado. Para tanto, apregoavam que os quadros de médicos deveriam ser subdivididos em médicos de tropa e especialistas, que atuariam exclusivamente nos hospitais e laboratórios militares.

Esperavam uma integração com a sociedade médica civil, entendendo que um bom relacionamento entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e o Serviço de Saúde do Exército traria frutos no saneamento do interior do país bem como no estudo de outros problemas do campo da saúde pública.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A busca dos editores e articulistas da *Medicina Militar* sempre foi pela relevância dos temas abordados para que seus anseios

e projetos se inserissem numa política estratégica nacional, num momento em que o Estado por um lado ainda não havia resolvido suas mazelas urbanas, principalmente com relação às doenças sexualmente transmissíveis e à tuberculose, e voltava seu olhar para o vasto hospital e conseqüentemente para o projeto de saneamento rural. Ao mesmo tempo em que, por outro lado, tinha que confrontar a realidade de uma Guerra Mundial, num momento de um forte discurso nacionalista, que trazia a necessidade premente de reforma completa do Corpo de Saúde para que pudesse exercer de forma eficaz a sua missão.

Ainda em relação a inserção da Revista num planejamento estratégico de saúde nacional, esta foi observada em alguns momentos de intercâmbio com as autoridades civis, normalmente tendo Ismael da Rocha como interlocutor. Esse foi o caso de suas observações na viagem de inspeção ao norte do país e repassadas às autoridades médicas civis no auxílio ao combate a febre amarela naquela região. Outros exemplos de cooperação se deram mais no campo das ideias, como num amplo debate, recorrente ao longo da existência do periódico, sobre saúde e recrutamento.

Da mesma forma que estudos de pesquisadores como Gilberto Hochman,<sup>35</sup> Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos e Nísia

Trindade Lima<sup>36</sup> demonstraram o papel que as políticas de saúde e saneamento tiveram na “penetração do Estado na sociedade e no território do país”, concluímos que a interação do pessoal de saúde militar com o meio civil foi, eventualmente, responsável pela integração dos militares combatentes nesse processo. Não podemos descartar também o papel do Exército e da Marinha como instrumentos de ação do Estado para exercer a sua centralização. Na *Medicina Militar*, essa feição é mais notável a partir do final da década de 1910 e início de 1920. São muitos os artigos do periódico que intuem que o Estado, seja através do Corpo de Saúde do Exército ou da Marinha, buscava participar de um projeto, com um ideal nacionalista ou com o propósito de que o recrutamento conseguisse recursos humanos aptos a cumprir as exigências da atividade militar.

Ao final, chegamos à conclusão que se a *Medicina Militar* não foi pioneira entre as publicações médicas no Brasil, tampouco entre as militares, certamente foi um dos marcos iniciais na busca de legitimação dos militares de saúde do Corpo de Saúde do Exército perante a comunidade científica nacional, e funcionou como tentativa de incrementar o *status* desse pessoal e de seu quadro perante as outras armas, portanto, no seu universo, foi importante ao longo de sua existência.

## REFERÊNCIAS

AULETTA, Umberto. Clínica Homeopática do Hospital Central do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, n. 2, julho de 1910, p. 121-126.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 março 2010. doi: 10.1590/S1413-81232000000200005.

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Ed. da Liga de Defesa Nacional. 1917.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. Em Renato Ortiz (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. 2003. São Paulo, Olho d'Água, p. 112-143.



CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2005.

CARVALHO, Leovigildo H. Reorganização do Serviço de Saúde do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, março 1910, p. 11-13.

CASTRO, Celso. Goffman e os Militares: Sobre o conceito de instituição total. Militares e política (UFRJ), v. 1, p. 1-7, 2007. Disponível em [www.lemf.ufcs.ufrj.br/revista/um/Goffman\\_e\\_os\\_militares.pdf](http://www.lemf.ufcs.ufrj.br/revista/um/Goffman_e_os_militares.pdf). Acesso em: 21 de janeiro de 2010.

CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: Jacques Le Goff e Pierre Nora (Orgs.) *História: Novos Problemas*. 2 ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979. p. 32.

CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record. 2000.

FERREIRA, Luiz Otávio: Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): p. 93-107, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Eugênio. Considerações a propósito do serviço de saúde regimental - *Medicina Militar*, Ano II, agosto 1911, p. 112-120.

HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento, As bases da política de Saúde Pública no Brasil. Editora Hucitec. 2ª Edição. São Paulo, 2006.

KLAJMAN, Charles. O Conhecimento Científico Divulgado pelos Soldados de Farda Branca através do Periódico *Medicina Militar* (1910-1923). Rio de Janeiro; Dissertação de Mestrado. COC/FIOCRUZ, 2011.

\_\_\_\_\_. Revolta da Vacina (novembro de 1904): um enfoque militar. Rio de Janeiro; Monografia de Especialização. UNIRIO/IGHMB, 2007.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.

MARTINS, Ruth B. Do papel ao digital: a trajetória de duas revistas científicas brasileiras. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para obtenção do grau de Mestre. Rio de Janeiro; s.n; fevereiro 2003. 175 p. tab.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922) – 1ª ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.*

McCANN, FRANK D. *Soldados da pátria: História do Exército brasileiro (1889-1937) – Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Biblioteca do Exército Editora, 2009.*

MESQUITA, Manoel Petrarcha de. *Do estado actual da organização do Serviço de Saúde do Exército. Medicina Militar, Rio de Janeiro, v. I, março de 1910, p. 14-28.*

MITCHELL, Gilberto de Medeiros. *História do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro 1808-1911, 1ª edição, 2ª volume. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 1963. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.*

MOURA, Maria Isbela Gerth Landell de (2004). *Cruzada Ruralista: concepções, práticas e estratégias educacionais. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP.*

NORONHA, Hildegardo de. *Impressões de uma visita ao Quartel do 2º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria. Medicina Militar, Ano I nº 3, agosto 1910, p. 192-194.*

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, 6ª edição, São Paulo, 2003.*

PORTO, Ângela (org.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)/organizado por Ângela Porto, Gisele Sanglard, Maria Rachel Fróes da Fonseca, et al. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.*

PRADO, Antonio Nunes Bueno do. *Medicina Militar, Rio de Janeiro, n. 2, jul. 1910, p. 79- 80.*

ROCHA, Valdir da. *Instituto de Biologia do Exército. Revista do Instituto de Biologia do Exército, Rio de Janeiro, v.II, n.1, p. 5-8, 1998. Instituto de Biologia do Exército.*

ROCHA, Ismael da, DEKHAM, J., AZEVEDO, Lima. *Liga Brasileira contra a Tuberculose- Parecer da Comissão Technica apresentado à Comissão Especial do Sanatorio Rainha Dona Amelia. Medicina Militar, Rio de Janeiro, n. 2, julho 1910, p. 141-146.*

ROCHA, Ismael da, MONIZ, Brenno Bráulio, SÁ, Manoel Secundino de, MESQUITA, Manoel Petrarcha de e GUIMARÃES, Carlos Eugenio. *Da alimentação das tropas nas expedições terrestres do Brazil (rações portáteis). Medicina Militar, Rio de Janeiro, v. II, julho 1910, p. 86-94.*

ROCHA, Ismael da. *General Dr. Antonio Nunes Bueno do Prado. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 9, abril 1923, p. 295-296.*

\_\_\_\_\_. *Serviços de Saúde do Exército. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano V, março 1915, p. 265-266.*

\_\_\_\_\_. *Intervenção Sanitária Federal no Amazonas. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano IV, julho 1913, p. 3-9.*

\_\_\_\_\_. *Uma empreza que surge. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano III, n. 1, outubro 1912, p. 153-158.*

\_\_\_\_\_. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, março 1910, p. 9-10.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectiva da Biblioteca de Ciências Biomédicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abril-junho 2009, p. 523-532.

SA, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [on-line]. 2009, vol.16, supp l.1, p. 333-348 .

SCHULZ, John. Exército na Política. Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Alberto Martins da. Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar. Thesaurus Editora. Brasília, 2004.

SILVA, Arthur Lobo da. O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958. Disponível na Biblioteca do Exército

SILVA, Arthur Lobo da. Hygiene Militar. *Medicina Militar*, Ano III, n. 2, agosto 1912, p. 108-119.

TORRES, Theóphilo. A febre amarela em Manáos: comunicação feita à Academia Nacional de Medicina na sessão de 2 de abril de 1914 pelo Dr. Theóphilo Torres. *Medicina Militar*, Ano IV, maio 1914, p. 441, 458.

### **Outras Fontes**

Relatórios do Ministério da Guerra. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/ guerra>.

MEDICINA MILITAR, Rio de Janeiro. 1910-1923. Mensal. Disponível na Biblioteca de Ciências Biomédicas de Manguinhos – Fiocruz.

Correio da Manhã. Foi dado à sepultura hontem o corpo do general reformado Dr. Ismael da Rocha: o que foi a vida do cientista e do militar. Exemplar de 3 de abril de 1924. Disponível na Biblioteca Nacional.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>

Folhas de Fé de Ofício de Antonio Affonso Faustino, Antonio Nunes Bueno do Prado, Graciano Feliciano de Castilho, Manoel Petrarcha de Mesquita, disponíveis no Arquivo Histórico do Exército.

---

<sup>1</sup> O período em que foi publicada a *Medicina Militar* foi marcado, inicialmente, pela ascensão de Ismael da Rocha na carreira militar e sua luta política para que o pessoal de saúde recuperasse direitos e autonomia perdidos até então. Ele foi o mentor e intelectual de uma geração de médicos militares e principal elo de ligação à grande ambição desse grupo que era sobreviver e ter voz perante os civis e militares de outras armas.

<sup>2</sup> ROCHA, Ismael da. *Medicina Militar*, 1910, p. 9.

<sup>3</sup> PRADO, *Medicina Militar*, março de 1910, p. 79.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>5</sup> SILVA, Alberto Martins da. Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar. Thesaurus Editora. Brasília, 2004, p. 37.

- <sup>6</sup> ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório de 1905 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1906. Ministério da Guerra, Imprensa Nacional, 1906. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 de novembro de 2009, p. 19 e 20.
- <sup>7</sup> Ibidem, p. 8-9.
- <sup>8</sup> MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998, p. 320.
- <sup>9</sup> SILVA, op. cit., 1958, p. 59.
- <sup>10</sup> Decreto 2.232 de 6 de janeiro de 1910, assinado pelo Ministro da Guerra J. B. Bormann.
- <sup>11</sup> SILVA, op. cit., 1958, p. 60.
- <sup>12</sup> "Considerações a propósito do serviço de saúde regimental" – Artigo do capitão médico do Exército Carlos Eugênio Guimarães. *Medicina Militar*, Ano II nº 1, p. 116, julho 1911.
- <sup>13</sup> CARVALHO, Leovigildo H. Reorganização do Serviço de Saúde do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, p. 11-13, março de 1910.
- <sup>14</sup> Ibidem, p.12.
- <sup>15</sup> Ibidem.
- <sup>16</sup> Ibidem, p. 13.
- <sup>17</sup> LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- <sup>18</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-8123200000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 março 2010. doi: 10.1590/S1413-8123200000200005.
- <sup>19</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000 .
- <sup>20</sup> Prado permaneceria à frente da publicação até sua reforma do Exército em 1923 e que coincide com o final do periódico que tem seu último número publicado em junho daquele ano, sendo incorporada então pela *Revista de Medicina e Higiene Militar* a partir de julho de 1923. Entre 1915 e 1920, foi publicado o *Boletim da Sociedade Médico-Cirúrgico Militar*, que em janeiro de 1921 até dezembro de 1931 circulou com o nome de *Revista de Medicina e Higiene Militar*. Nesse período incorporou *Medicina Militar* e um periódico do Laboratório Químico Farmacêutico Militar, *A Revista de Química e Farmácia Militar*. Em 1932 passa a circular como o nome de *Revista de Medicina Militar* (SILVA, 1958: 104-111).
- <sup>21</sup> Faça o seu dever, aconteça o que acontecer.
- <sup>22</sup> PRADO, Antonio Nunes Bueno do. *Medicina Militar*: editorial. *Medicina Militar*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 1, julho de 1916. p. 1.
- <sup>23</sup> O homem certo no lugar certo. *Medicina Militar*, setembro 1919, p. 86.
- <sup>24</sup> SILVA, Arthur Lobo da. *Higiene Militar: Defesa prophylactica do grupo militar com relação às principais moléstias infecto-contagiosas no norte do Brasil*. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Anno III, n.1, jul. 1912, p. 108-119.
- <sup>25</sup> SA, Dominichi Miranda de, A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o imenso hospital. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [on-line]. 2009, vol.16, supp I.1, p. 333-348 .
- <sup>26</sup> AULETTA, Umberto. Clínica Homeopática do Hospital Central do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, n. 2, julho de 1910, p. 121-126.
- <sup>27</sup> É a tentativa de tomada de um pedaço desse campo científico, da competência científica. Nesse caso estou me apropriando do conceito de Bourdieu no que se refere à busca pela legitimação e ao reconhecimento pelos cientistas "à medida que crescem os recursos acumulados". (Bourdieu, 2003, p.113).
- <sup>28</sup> Ibidem, p.12.
- <sup>29</sup> Guimarães, 1911, op. Cit., p.112.
- <sup>30</sup> Editorial de Bueno do Prado para *Medicina Militar*, p. 80, julho 1910.
- <sup>31</sup> "Considerações a propósito do serviço de saúde regimental" – Artigo do Capitão Médico do Exército Carlos Eugênio Guimarães. *Medicina Militar*, Ano II nº 1, p. 117, julho de 1911.
- <sup>32</sup> MESQUITA, 1910, op. cit., p. 25.
- <sup>33</sup> Ibidem, p. 26, 28.
- <sup>34</sup> Ibidem, p. 276
- <sup>35</sup> Gilberto Hochman, A Era do Saneamento, As bases da política de Saúde Pública no Brasil, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 2006.
- <sup>36</sup> LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 252p.